

VIII - Estabelecer parcerias internas e externas que contribuam para a implantação, fortalecimento e continuidade da agenda de qualidade de vida no trabalho;

IX - Trocar experiências, participar de ações, projetos, capacitações e demais iniciativas promovidas no âmbito da Rede QualividaES;

X - Zelar pela correta disseminação e fortalecimento do conceito de qualidade de vida no trabalho, estimulando práticas saudáveis, éticas e colaborativas no ambiente de trabalho.

**Art. 4º** A Comissão deverá elaborar e apresentar o Programa Local de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) da SEDES, a ser submetido à SUQUALIT/GESAT/ SEGER, conforme o art. 10 do Decreto nº 6220-R/2025.

**Art. 5º** Fica revogada a Portaria nº 038-S, de 30 de junho de 2023, publicada em 03 de julho de 2023.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vitória (ES), 23 de janeiro de 2026.

**ROGERIO MUNIZ SALUME**

Secretário de Estado de Desenvolvimento

**Protocolo 1715131**

## **PORTARIA Nº 006-S, DE 22 DE JANEIRO DE 2026.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 98, inciso IV da Constituição Estadual, em conformidade com as disposições constantes do Art. 46, alínea "h", da Lei nº 3.043, de 31/12/1975;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Delegar competência ao(à) Subsecretário(a) de Estado de Gestão e Projetos (SUBGEP), sem prejuízo de suas funções, para, no âmbito de sua unidade administrativa, praticar os seguintes atos:

I. Aprovar documento de oficialização de demanda, estudos preliminares, pedido de aquisição de material, projeto básico e termo de referência, até o limite de valor estabelecido nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14133/2021;

II. Autorizar a instauração, adjudicar, homologar, revogar e anular procedimentos licitatórios, bem como emitir termos de dispensa e inexigibilidade de licitação, dentro do limite estabelecido no inciso I;

III. Ordenar despesas e autorizar empenhos, liquidação e pagamento de despesas, cujo valor não exceda o limite estabelecido no inciso I;

IV. Autorizar o pagamento da folha de pessoal ativo, bem como encargos sociais, obrigações trabalhistas e patronais, sem limitação de valor, observadas as normas e procedimentos estabelecidos;

V. Aprovar e solicitar alteração do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD);

VI. Solicitar descontingenciamento e abertura de créditos adicionais;

VII. Autorizar restituições de depósitos, cauções, finanças, tributos e execução de garantias contratuais;

VIII. Autorizar e assinar documentos bancários, em conjunto com o Grupo Financeiro Setorial - GFS;

IX.. Autorizar alienação, permuta, transferência, cessão, doação e baixa de bens patrimoniais e de almoxarifado, conforme Decreto nº 1.110-R/2002;

X. Assinar contratos, termos aditivos, apostilamentos, atas de registro de preços, ordens de fornecimento/serviço, bem como rescisões amigáveis e aplicação de sanções contratuais, observado o limite estabelecido no inciso I;

XI. Autorizar adesões às atas de registro de preços da SEDES e participação da SEDES em atas de outros órgãos públicos;

XII. Designar gestores e fiscais de contratos e convênios, bem como as comissões de prestação de contas anual do ordenador de despesas, de inventário de bens patrimoniais e da Unidade Executora de Controle Interno - UECI;

XIII. Autorizar o pagamento de gratificações especiais de participação como agente de contratação e/ou integrante da equipe de apoio, mediante apresentação de Relatório de Atividades de Licitação (RAL);

XIV. Autorizar concessão, alteração, interrupção e suspensão de férias, bem como designar substituições em cargos em comissão;

XV. Conceder e aprovar diárias e suprimentos de fundos dos servidores vinculados à unidade;

XVI. Aprovar a prestação de contas relativas a diárias e suprimentos de fundos;

XVII. Homologar, referendar e convalidar atos praticados no âmbito da unidade administrativa;

**Art. 2º** O Subsecretário poderá, quando necessário, subdelegar as competências previstas nesta Portaria, mediante ato formal, sem prejuízo das responsabilidades administrativas decorrentes.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Vitória, 22 de janeiro de 2026.

**ROGERIO MUNIZ SALUME**

Secretário de Estado de Desenvolvimento - SEDES

**Protocolo 1715135**

**Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES -**

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 005/ 2026**

**O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO - ADERES**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 382, de 19 de março de 2007,